

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

II REUNIÃO DE GEOGRAFIA INDUSTRIAL

(SANTIAGO DE COMPOSTELA, 1988)

ALGUMAS NOTAS A PROPÓSITO DESTE EVENTO

LUCÍLIA CAETANO

De acordo com os dados de que dispunha em 1983, I. Caravaca afirmava que «a investigação dos geógrafos (espanhóis) não mostrava interesse pela Geografia Industrial» (1987, p. 390). Efectivamente, entre 1940 e 1979, os artigos publicados em revistas editadas, pelos diferentes departamentos universitários (apenas estas foram consideradas, por carência de informações sobre a totalidade de teses e comunicações em colóquios), no domínio deste ramo científico representou apenas 7,1% dos de Geografia Humana. Na generalidade, as análises incidem sobre o espaço local, ou o regional e raramente abordam o território nacional. Acresce, ainda, a ausência de teorização e generalização.

Esta situação preocupa, naturalmente, os geógrafos espanhóis, tanto mais que, embora «pareça lógico que a investigação geográfica privilegie as escalas espaciais, deve reconhecer-se que o avanço da ciência exige um esforço de reflexão teórica apoiada na acumulação de análises de casos concretos efectuadas e por sua vez estabeleça o rumo de novos caminhos de investigação» (idem, p. 392).

Segundo a opinião de I. Caravaca, o insignificante desenvolvimento da Geografia Industrial em Espanha fica a dever-se, fundamentalmente, a três factores:

- «— À semelhança de outros países, também os geógrafos espanhóis consideraram a indústria, um fenómeno pontual ao contrário da extensão superficial que era atribuída aos espaços rurais e urbanos, esquecendo-se que a indústria é responsável pela organização do território.
- A influência da Geografia Francesa, onde assumem papel relevante os estudos de Geografia Rural.

— Merecem destaque, como factor de desinteresse pela temática da Geografia Industrial, as fontes; são escassas, imprecisas, descontínuas e as informações estatísticas apresentam-se insuficientemente desagregadas. O maior obstáculo com que se defronta o geógrafo no domínio da pesquisa sobre o fenómeno da indústria é, indubitavelmente, a carência de estatísticas oficiais, acrescida das deficiências que comportam as existentes, quer por inclusão de dados incorrectos, quer por ausência de outros» (idem, p. 395). Problemas que, no entanto, são comuns a Portugal.

Nesta conformidade, o investigador vê-se obrigado a fundamentar-se em trabalhos de campo e recolha directa de informação; a entrevista e o inquérito são as modalidades mais correntemente praticadas.

Entretanto, a partir do início da década de 1980, o panorama desfavorável da Geografia Industrial, em Espanha, parece dar mostras de alteração, quer pelo número de trabalhos que estão a ser publicados, entre os quais se incluem teses, quer pela introdução nas análises da actividade industrial da componente espaço e respectivas correlações. Merecem destaque as teses de doutoramento de R. Mendez (1981), trabalhos de A. García Ruiz (1982), I. Caravaca (1983), J. Gómez Fayren (1984) e R. M. Jordá (1986), onde «se analisam as características estruturais e evolução da indústria, localização e factores que influem nesta» (idem, p. 395).

Numa perspectiva de indústria/território destacam-se os trabalhos de F. Manero (1983) sobre a indústria em Castela e Leão e de I. Caravaca (em impressão) sob o título «Indústria e território na Andaluzia». Nestes dois trabalhos procuram os autores analisar, de modo particularmente crítico, o comportamento da indústria em regiões com baixo nível de desenvolvimento sócio-económico» (idem, p. 395) na perspectiva da teoria da dependência.

Porém, deve salientar-se que este surto de investigação surge no contexto de uma situação assaz favorável, na sequência da constituição de um grupo de trabalho na Associação de Geógrafos Espanhóis. Este grupo, recentemente constituído encetou a realização de debates anuais. A I Reunião efectuou-se em finais do mês de Junho de 1987 em Madrid, sendo então decidido que a seguinte se realizaria em Santiago de Compostela.

1. Esta II Reunião teve lugar a 22 e 23 de Setembro de 1988 e agregou 153 participantes, geógrafos espanhóis aos quais se associaram um irlandês (Patrick O'Flanagan) e eu própria. Foram apresentadas 38 comunicações. Os temas propostos assumem um carácter altamente pertinente, pelo interesse que detêm nas políticas económicas e de gestão do território:

I — Processos de industrialização em áreas rurais.

II — Problemática do solo industrial.

Perante o volume de comunicações, os organizadores do Colóquio optaram por privilegiar o debate, preterindo a leitura das comunicações, visto que as Actas desta reunião foram distribuídas no início dos trabalhos.

No primeiro dia da Reunião foi debatido o I tema, no qual se inseriu o mais elevado número de comunicações, 22, ou seja cerca de 58%.

O desenvolvimento teórico ficou o cargo do Prof. José Ortega Valcárcel (Universidade de Cantábria). Antecedendo o debate seguiu-se uma súplica das comunicações, tendo sido relatora a Prof.^a Consuelo del Canto Fresno (Universidade Complutense de Madrid).

No âmbito desta sessão foi realizada uma mesa redonda sobre a *situação e perspectivas de industrialização na Galiza*, moderada pelo Prof. Andrés Precedo Ledo (Universidade de Santiago).

No dia seguinte (23 de Setembro) foi abordado o II tema. A abrir a sessão o Prof. Francisco López Groh dissertou sobre o assunto proposto. Do resumo temático das comunicações apresentadas encarregou-se a Prof.^a Silvia Lara San-Juan. Posto isto, e à semelhança da ordem de trabalhos da sessão anterior, procedeu-se ao debate. Em ambas as circunstâncias, este foi bastante participado e vivo, havendo consciência, para todos os intervenientes, de que o tempo era escasso, para debater matérias tão importantes. No entanto, é possível extrair ilações, assaz proffcuas.

2. Das múltiplas facetas do I tema, foram abordadas nas comunicações, fundamentalmente, as seguintes:

- A dinâmica das periferias urbanas.
- A especialização da indústria nas áreas rurais.
- O impacte da indústria nas áreas rurais.
- As novas tendências da difusão da indústria nas áreas rurais.

Tornou-se evidente que a análise dos processos de industrialização dos meios rurais não é tarefa fácil, dado o carácter multifacetado e pluridisciplinar desta temática. Ficou claramente demonstrado através das comunicações a dependência de outros domínios científicos, nomeadamente economia e sociologia. Deste se adoptam, habitualmente, os conceitos e a terminologia para processos tão vulgarizados na actualidade: *desenvolvimento endógeno, indústria difusa, espontânea*, etc., o que em boa verdade se deve à escassa teorização praticada pelos geógrafos, de um modo geral, neste domínio. Com efeito, os processos de industrialização do espaço rural na perspectiva capitalista são condicionados por questões que se colocam a nível do emprego, indústrias, políticas industriais e industrialização endógena.

Por outro lado, assiste-se à generalização da expressão *industrialização rural* com o único significado de localização de indústrias no meio rural, fenómeno que,

no entanto, não é de agora na história da industrialização. As alterações na lógica da localização industrial resultam da própria evolução do capitalismo.

Além disto, a localização, da indústria no espaço rural, não é aleatória, inclusive num contexto de análise behaviorista, orienta-se em função de condições locais: acumulação de capital e de iniciativas de investimento, relações de dependência urbano-industrial, bolsas de oferta de mão-de-obra, estratégias de grandes empresas industriais, capital exterior. Na industrialização rural de base endógena desempenham, também, papel fundamental a presença de focos proto-industriais: fabricos tradicionais, artesanato, artífices qualificados. Acresce, ainda, o papel da difusão das novas tecnologias de comunicação no alargamento do leque de hipóteses de escolha da localização da indústria.

Recorda-se, no entanto, que o capital urbano no passado era investido em indústrias de base (siderurgia) têxtil e do papel, entre outras, orientado pelas potencialidades locais em matérias-primas e energia. Actualmente, a exurbanização da indústria é estimulada pelas características tecnológicas da própria indústria: mão-de-obra intensiva (confeccões e electrónica) e grau de poluição.

No meio rural perdura, ainda, a possibilidade de captação de mão-de-obra barata e jovem. Todavia, este mercado de trabalho vale, fundamentalmente, pelas características intrínsecas: experiências anteriores, desemprego, tradição de trabalho domiciliário, hábito de trabalho assalariado, qualificação (incluindo artesanato), grau de instrução, mão de-obra potencial e estrutura etária.

Porém, a crise, actual, do capitalismo industrial tem fomentado o recurso ao trabalho domiciliário (marginal), à semelhança das formas de produção que caracterizaram a organização do processo industrial no passado, com o objectivo de baixar os custos de produção em indústrias de mão-de-obra intensiva; não se processando, no geral, a instalação das fábricas e o aumento de postos de trabalho nas existentes.

Em síntese, são detectados os seguintes modelos de industrialização rural, segundo os diferentes níveis do espaço rural:

- Áreas rurais peri-urbanas: a implantação industrial surge na sequência da exurbanização da indústria e do declínio das áreas metropolitanas industriais.
- Áreas rurais puras: iniciativas empresariais que surgem num contexto multivariado, o papel do poder político local e central no âmbito de programas de desenvolvimento regional e sectorial, a divisão internacional do trabalho e o papel das multinacionais.

No âmbito das consequências, multivariadas, da industrialização do meio rural destacam-se os efeitos *sociais* (domínio do trabalho, do ordenamento de classes e do poder local); *demográficos*; de *actuação da autarquia local*; *recursos financeiri-*

ros, através da cobrança de impostos e rendas e subsequente aplicação no desenvolvimento da rede de infra-estruturas.

A análise divulgada nas comunicações suscita, ainda, as seguintes interrogações:

- Relativamente à industrialização das periferias urbanas verificam-se diferentes situações: umas decorrem do declínio da função industrial, outras resultam do crescimento de tecidos funcionais não ligados directamente à indústria. Assim, questiona-se qual será no futuro o papel desempenhado pelas actividades industriais na ampliação dos espaços urbano-metropolitanos e até que ponto outras funções (residencial e terciária) poderão ultrapassar, em importância de usos de solos, a indústria.
- É legítimo considerar que a especialização das áreas rurais em indústrias de mão-de-obra intensiva é um processo de desenvolvimento mais equilibrado sectorial, social e territorialmente? Até que ponto é desejável estimular acréscimo de emprego baseado nesta especialização?
- Que vantagens oferecem as indústrias de base endógena (capital, mão-de-obra e matérias-primas) relativamente, quer às resultantes da descentralização de indústrias urbanas, quer às multinacionais.

Como se comportam nos momentos de crise, qual a organização produtiva do trabalho e mercado de trabalho?

- Numa perspectiva de desenvolvimento económico e melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais a indústria é a estratégia mais aconselhável? Por outro lado, qual o modelo mais adequado de localização de indústrias? Com efeito, devem as indústrias e serviços concentrar-se nas sedes concelhias e pequenas cidades, permanecendo as áreas rurais com funções residenciais ou, fundamentalmente, agrárias?

Neste contexto, impõe-se, ainda, colocar, previamente, as seguintes questões: A viabilidade económica da comunidade rural é o único objetivo? E, bem assim, é-o a sobrevivência social?

- Relativamente ao modelo da pluri-actividade, é pertinente interrogarmos se é benéfico, de um modo geral, a dupla actividade, agricultura-indústria, pois se este processo permite fixar a população nas áreas rurais, resulta, no entanto, numa sobrecarga de trabalho do chefe de família e na ajuda obrigatória dos idosos e crianças.
- É essencial que os residentes nas áreas rurais trabalhem em indústrias cuja produção não tem significado?

Ou, ainda, na sequência da evolução tecnológica das indústrias tradicionalmente de mão-de-obra intensiva, não deverá promover-se o desenvolvimento endógeno de outra natureza?

- Por extensão, os processos de desenvolvimento endógeno são uma alternativa aos que têm funcionado, preferencialmente, nos espaços urbano-metropolitanos?

Indubitavelmente, a resposta a estas questões ajudará a encontrar soluções no âmbito do desenvolvimento das áreas rurais e além disso, contribuirá para teorizar e conceptualizar processos, tipificar e clarificar espaços resultantes de processos recentes ainda não identificados e analisados. São disto exemplo os novos tecidos industriais das áreas rurais, incluindo as áreas rurais dos países desenvolvidos, que implicam o estabelecimento dos limites precisos, geográficos e conceptuais, entre o meio urbano e o rural, necessário não só para um melhor entendimento entre os próprios geógrafos, como também para orientar de forma mais eficaz as políticas de desenvolvimento rural a promover. Deste modo, a Geografia Industrial contribuirá, decisivamente, para informar e aconselhar as decisões dos políticos.

3. Pelo interesse que, segundo pensamos, assume para outras regiões (Portugal, inclusivé) o modelo de industrialização aplicado na Galiza, referimos os aspectos fundamentais da súpula da mesa redonda realizada sobre esta temática.

Na Galiza o governo local (Yuntas) e Banca actuam, directamente, no desenvolvimento industrial através do investimento, em pequenas e médias empresas, detendo maioritariamente o capital por um período até 10 anos, em média; após o que será alienada, aos restantes sócios da firma, a participação.

Uma segunda acção consiste na construção de solo industrial: parques ou zonas industriais. A estas serão atraídas indústrias conformes aos perfis considerados de interesse económico e social para a região.

A promoção de solo industrial surge com a dupla finalidade de proporcionar a fixação de indústrias e o ordenamento racional do território; evitando-se a ocupação de solos agrícolas.

A fim de proporcionar a instalação de indústrias de novas tecnologias (NTI) promoveu-se a construção de um parque tecnológico em Orense, com a participação da Autarquia e da Universidade.

No âmbito da industrialização regional são encarados factores actuais de localização: infra-estruturas de comunicação (aeroportos, rodovias, circulação ferroviária e instalações portuárias), rede de abastecimento e capacidade energética (energia eléctrica e gaz natural), formação profissional dos jovens e formação de empresários.

Neste contexto, e a exemplo de outras regiões, os promotores têm deparado com alguns problemas:

- Aquisição e retenção de lotes de terreno infra-estruturados para especulação.
- Concorrência entre os promotores de solo industrial por excesso de oferta ou por deficiente escolha da localização.

- Falta de tradição industrial.
- Os detentores do capital não são investidores.
- Oposição dos industriais já estabelecidos à instalação de novas indústrias.
- Concorrência desleal gerada por empresas de capital exterior.

A solução destes problemas tem sido procurada através de algumas acções, orientadas para os seguintes objectivos:

- Coordenação das políticas de promoção de solo industrial.
- Constituição de sociedades locais de desenvolvimento.
- Identificação e divulgação dos empresários mais dinâmicos, induzindo a imitação.
- Atração de naturais que alcançaram êxito empresarial no exterior.
- Orientação do investimento das poupanças de emigrantes, através da criação de bolsas de projectos.

4. No contexto da localização industrial e de forma especial no desenvolvimento e ordenamento espacial, o solo industrial revela-se um factor que suscita grande controvérsia.

Os estudos de Geografia Industrial têm-lhe prestado pouca atenção, atitude que actualmente se tem vindo a alterar. As comunicações apresentadas quer quantitativa, quer qualitativamente, segundo a opinião da Relatora, provam, efectivamente, esta mudança.

Esta temática foi analisada nas seguintes perspectivas:

- Promoção pública de solo industrial urbanizado.
- Necessidade de solo industrial, a partir da análise da situação actual.
- Processos de renovação dos centros urbanos e consequente proliferação de edifícios fabris, entretanto desactivados.
- Situações em que há carência de solos industriais nas cidades portuárias (Bermeo, Ondárroa, Lekeitio em Bizkaia).

As empresas, actualmente, tornam-se cada vez mais dependentes de disponibilidade de solos infra-estruturados em função da dimensão das empresas; predominantemente pequenas e médias empresas sem capacidade financeira para construir as, cada vez mais caras, infra-estruturas, de que necessitam, e vantagens de utilização de infra-estruturas comuns.

Por outro lado, as necessidades do estabelecimento de ligações inter-empresas, inter-indústrias e da indústria e centros de pesquisa, por parte das indústrias de NTI, conduz à construção dos *parques de alta tecnologia* próximos ou inseridos em «campus» universitários e dotados de qualidade ambiental, através da adaptação da própria arquitectura industrial.

Contudo, a construção destes parques tecnológicos é uma utopia, dado que as indústrias de NTI a que estes se destinam são, perfeitamente, integráveis no tecido urbano.

Note-se, entretanto, que neste contexto, a redefinição da lógica de localização das indústrias concorrerá para o agravamento dos desequilíbrios regionais.

Para além disto, em situações em que o solo é detido ou o seu uso orientado pela autarquia local, as empresas estão limitadas na escolha de localização, não lhes sendo possível ultrapassar as decisões no âmbito do ordenamento do território (em Espanha esta política de gestão de solos teve início em 1956, com a publicação da lei de solos).

Apesar de, actualmente, a implantação industrial ser orientada para solos infra-estruturados, as zonas industriais espontâneas sucedem-se, fundamentalmente, nas áreas de industrialização mais dinâmica. Nestes casos, impõe-se, à posteriori, criar as infra-estruturas, levantando-se a questão de saber quem as deve custear: a autarquia ou o industrial? Entretanto, a desactivação de solo industrial, na sequência da falência ou mudança de localização da empresa, coloca a questão da recuperação dos espaços industriais.

Nas zonas industriais peri-urbanas, assiste-se à invasão do solo industrial pela cidade, que cresce à custa do avanço da desindustrialização, forçando em regra, a reclassificação do uso do solo, não raro, pressionada por situações especulativas.

A construção em altura, de edifícios fabris, destinados a albergar diferentes indústrias é uma face da especulação do solo industrial.

A promoção do solo industrial ao ser integrada em programas de desenvolvimento, pode transformar-se num mero acto político, sem contrapartidas válidas para o processo de industrialização, quando estão em causa territórios pouco atractivos para os empresários. Nestes casos a acção correcta é a criação de um pólo industrial difusor de novas localizações.

Mas, identificam-se, ainda, outras questões decorrentes da análise da oferta de solo industrial, numa perspectiva de evolução da procura de solo, sob o aspecto qualitativo e quantitativo. Com efeito, o empresário, em regra, selecciona a localização em função da qualidade do solo industrial oferecido: urbanização, serviços, acessibilidade e proximidades das cidades.

Estudos, neste âmbito, permitem indicar soluções para os problemas colocados por uma oferta desajustada da procura. Importa, também, investigar quais os factores que incidem na formação de rendas adicionais no solo industrial e, finalmente, as repercussões no mercado do solo industrial dos novos planos de estradas, ferrovias e centros de transporte.

5. Em suma, os processos de industrialização proporcionam à Geografia Industrial valioso contributo para a formulação de soluções e modelos, mas é, tam-

bém fundamental, como ficou dito, sistematizar os resultados da análise de casos num esforço de reflexão teórica e de orientação metodológica, indispensável ao avanço científico.

FONTES

- Actas de la II Reunion de Geografia industrial (1988), 22 y 23 de Septiembre, Santiago de Compostela.
- Caravaca, Inmaculada B. (1987), «La investigación en la geografia industrial y su evolución en España», *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XXII, n.º 44, Lisboa, p. 385-397.
- Apontamentos coleccionados, pela autora, no decurso da Reunião.